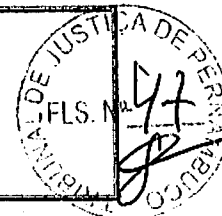




PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO



HABEAS CORPUS nº 203903-2 - Feira Nova (Vara Única)

IMPETRANTE: Adv. Maria Célia Alves de Souza.

PACIENTE: **José Fernando da Silva**.

091

RELATORA: Des. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho.

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Ana Carolina Paes da Sá Magalhães.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÕES DE NEGATIVA DE AUTORIA, AUSÊNCIA DOS REQUISITOS EXIGIDOS PELO ARTIGO 312 DO CPP, E FAVORABILIDADE DOS ATRIBUTOS SUBJETIVOS. INSUFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO DO WRIT. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. GRAVIDADE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO E PERICULOSIDADE DO AGENTE, CONSUBSTÂNCIADAS NO DECRETO CONSTRITOR. DENEGACÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.

I - Os alegados motivos que dariam azo à concessão da liberdade provisória do réu não vieram acompanhados de qualquer elemento de prova apto a corroborá-los, não tendo, dessa forma, a impetrante demonstrado a liquidez e certeza do direito perquirido, o que era de seu total encargo, mormente por ser profissional habilitada para o exercício da advocacia.

II - A análise da autoria da conduta delituosa, quando o caráter controverso da matéria torna necessária a extensão da produção de prova, resta impossibilitada pela via estreita do *habeas corpus*, vez que tal apreciação deve ficar a cargo do juiz da causa no decorrer da instrução criminal, onde serão dadas ao sujeito ativo do delito todas as oportunidades legalmente previstas para exercer o contraditório e a ampla defesa, direitos constitucionalmente dispostos no artigo 5º, inciso LV, da Constituição da República.

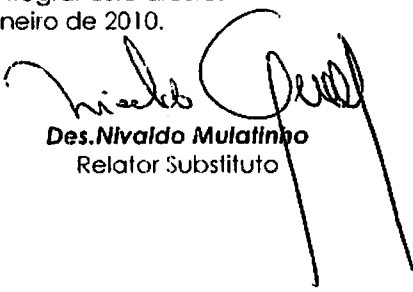
III - O decreto de prisão preventiva do réu, exarado a requerimento do *Parquet*, atendeu a todas as exigências constantes no artigo 312 do Código de Processo Penal, restando consignada a confirmação da materialidade do crime epigrafado, a existência de indícios de autoria do paciente, e a necessidade da custódia, ante a peculiar gravidade dos fatos narrados na Denúncia, a periculosidade do agente e o seu descaso com o ordenamento jurídico e com a sociedade.

III - Ordem denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

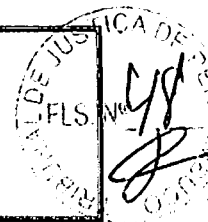
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus n. 203903-2, em que é paciente **José Fernando da Silva**, ACORDAM os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão de /01/2010, à unanimidade de votos, em denegar a ordem pleiteada, nos termos do parecer ministerial, relatório e voto que seguem em anexo e que passam a integrar este aresto.

Recife, 21 de janeiro de 2010.

  
Des. Nivaldo Mulatinho  
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO



HABEAS CORPUS nº 203903-2 – Feira Nova (Vara Única).

IMPETRANTE: Adv. Maria Célia Alves de Sousa.

092

PACIENTE: **José Fernando da Silva**.

RELATORA: Des. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho.

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Ana Carolina Paes da Sá Magalhães.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

**RELATÓRIO**

A adv. Maria Célia Alves de Sousa, inscrita na OAB-PE sob o nº. 20.548, ajuizou, com arrimo nos artigos 5º, incisos LXVIII e LXXVII, da Constituição Federal, 647, caput, 648, inciso I, e 649, todos do Código de Processo Penal, pedido de Ordem de Habeas Corpus Liberatório, em favor de **José Fernando da Silva**, qualificado às fls. 02 dos autos, preso preventivamente, como incurso nas penas do artigo 33, da Lei 11.343/06, e à disposição do Exmo. Sr. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Feira Nova, requerendo a concessão monocrática de provimento urgencial e a sua posterior confirmação pelo Colegiado.

Alega a impetrante, na exordial de fls. 02/07 em síntese, a ausência de quaisquer dos motivos exigidos para a decretação da custódia preventiva do paciente, ressaltando que sua conduta adequa-se às disposições do artigo 28, da Lei 11.343/06 (posse de substância entorpecente para uso próprio), não havendo que se falar em restrição de sua liberdade. Assevera que os atributos subjetivos de José Fernando da Silva, por serem de todo favoráveis, também militam em seu favor, sendo fato o seu direito subjetivo à liberdade provisória, ns termos do artigo 310 do Código de Processo Penal (Processo nº 223.2009.000555-5).

O pedido de concessão de liminar foi indeferido (fls. 20/21).

A autoridade impetrada prestou as devidas informações (ofício de fls. 28/29).

O Ministério Público, em parecer da lavra da Exma. Sra. Procuradora de Justiça, Dra. Ana Carolina Paes da Sá Magalhães, opinou, às fls. 41/43, pela denegação da ordem.

É o relatório.

**VOTO**

Inferi-se dos autos que o paciente **José Fernando da Silva** foi preso em flagrante delito, em 21.10.09, por trazer consigo, para fins de comércio, 9 (nove) papérolas contendo a substância entorpecentes vulgarmente conhecida como "maconha", além da importância de R\$ 34,00 (trinta e quatro reais), em espécie.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

093



produto da venda, segundo restou apurado no inquérito, de 17 (dezessete) outros papérolas da mesma substância, repassados ao preço de R\$ 2,00 (dois reais)cada.

Quando do oferecimento da peça acusatória, o membro do Parquet requereu a decretação da custódia cautelar do paciente, sendo o pleito, de pronto, deferido pelo magistrado de primeiro grau (cópia da decisão às fls. 34/35).

Prefacialmente, destaco que os alegados motivos que dariam azo à concessão da liberdade provisória do réu, tais como a favorabilidade de seus atributos subjetivos, a ausência dos fundamentos elencados no artigo 312 do Código de Processo Penal, bem como o fato de ser ele mero usuário, não vieram acompanhados de qualquer elemento de prova apto a corroborá-los. Dessa forma, a impetrante não demonstrou a liquidez e certeza do direito perquirido, o que era de seu total encargo, mormente por ser profissional habilitada para o exercício da advocacia.

Nesse sentido:

**HABEAS CORPUS - PRISÃO EM FLAGRANTE - REQUISITOS PARA CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO - IMPETRAÇÃO POR ADVOGADO - CONSEQUÊNCIA - O advogado que impetra habeas corpus, por ser detentor de capacidade postulatória, tem a obrigação de bem instruir a inicial, sob pena de inviabilizar o exame da postulação (STF) (TJSC - HC 00.024955-6 - C. Fér. - Rel. Des. Nilton Macedo Machado - J. 10.01.2001).**

Ademais, e no que diz respeito especificamente à incursão da impetrante no *meritum causae*, é por demais sabido que a análise da autoria da conduta delituosa, quando o caráter controverso da matéria torna necessária a extensão da produção de prova, resta impossibilitada pela via estreita do habeas corpus, vez que tal apreciação deve ficar a cargo do juiz da causa no decorrer da instrução criminal, onde serão dadas ao sujeito ativo do delito todas as oportunidades legalmente previstas para exercer o contraditório e a ampla defesa, direitos constitucionalmente dispostos no artigo 5º, inciso LV, da Constituição da República.

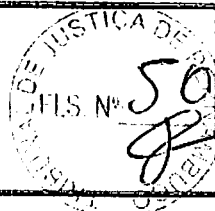
É o entendimento jurisprudencial:

**PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. APRECIAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. NULIDADES. INEXISTÊNCIA. PRISÃO CAUTELAR. MOTIVOS. PRESENÇA. LEGITIMIDADE. ORDEM DENEGADA. 1 Considerações de ordem fático-probatória extrapolam os estreitos limites do habeas corpus, devendo ser analisadas no processo de conhecimento e recursos pertinentes (...). (STJ HC 30206/MA - T6 - SEXTA TURMA - Data do julgamento: 25/06/2004).**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

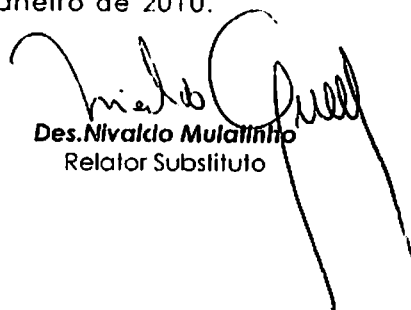
094



Destaco, outrossim, que o decreto de prisão preventiva do réu, exarado a requerimento do *Parquet*, atendeu a todas as exigências constantes no artigo 312 do Código de Processo Penal, restando consignada a confirmação da materialidade do crime epigrafado, a existência de indícios de autoria do paciente, e a necessidade da custódia, ante a peculiar gravidade dos fatos narrados na Denúncia, que abalaram a comunidade local. **"chocada e estarrecida com a fragilidade da segurança pública e o receio de transitar no centro do município"** (fls. 34), a periculosidade do agente e o seu descaso com o ordenamento jurídico e com a sociedade.

Assim, e sem maiores digressões, meu voto é pela denegação da ordem.

Recife, 24 de janeiro de 2010.

  
Des. Nivaldo Mulatinho  
Relator Substituto